SUMÁRIO

1	
O PLS 6.204/2019 E A DESJUDICIALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CIVIL BRASILEIRA: FACULTATIVIDADE OU OBRIGATORIEDADE DO PRO- CEDIMENTO?	15
Amanda de Lima Vieira	
Larissa Pochmann da Silva	
Márcia Michele Garcia Duarte	
2	
EXECUÇÃO ARBITRAL SOB PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÔ- MICA DOS MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	31
Clarisse Frechiani Lara Leite	
3	
LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS NA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	69
Diego Martinez Fervenza Cantoario	
4	
AUTOTUTELA EXECUTIVA EM EXPANSÃO: UMA ANÁLISE DA LEI N. 14.711/2023	87
Elie Pierre Eid	
5	
NOVO ART. 7°-A DA LEI N. 8935/1994: PROBLEMAS E LIMITES DA ATIVIDADE DO TABELIÃO COMO AGENTE CERTIFICADOR DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES E AGENTE CUSTODIANTE DE RECURSOS	111
Ermiro Ferreira Neto	
Daniel Dias	
6	
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO FORMA DE HUMANIZAR AS EXECUÇÕES ALIMENTARES	135
Fabiana Marion Spengler	
Theobaldo Spengler Neto	

7
FRAUDE À EXECUÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS: BREVES NO- TAS A PARTIR DA LEI N. 13.097/2015 E AS ALTERAÇÕES DA LEI N. 14.382/2022
Fredie Didier Jr. Layanna Piau Vasconcelos
8
NOTAS SOBRE A EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL NO SISTEMA BRA- SILEIRO DE JUSTIÇA MULTIPORTAS
Fredie Didier Jr. Leandro Fernandez
9
A CONVERSÃO DO MANDADO MONITÓRIO EM TÍTULO EXECU-
Gilberto Gomes Bruschi
10
A SISTEMÁTICA DAS GARANTIAS AUTÔNOMAS NO DIREITO BRASILEIRO
Gustavo Tepedino Danielle Tavares Peçanha
11 POR QUE TEMOS MEDO DO NOVO? A DESJUDICIALIZAÇÃO DA
EXECUÇÃO E O MARCO LEGAL DAS GARANTIAS
12
A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM SEDE DE JUIZADOS ESPE- CIAIS CÍVEIS ESTADUAIS: A NECESSÁRIA PADRONIZAÇÃO DO SISTEMA PROCESSUAL
João Francisco Liberato de Mattos Carvalho Filho
Marcus Vinícius Barreto Serra Júnior
13
AS AÇÕES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E OS MÚLTIPLOS CIR- CUITOS EXECUTIVOS: REFLEXÕES NECESSÁRIAS
José Henrique Mouta Araújo

14	
CRÉDITOS GARANTIDOS POR HIPOTECA, CONSTITUÍDOS ANTES DA LEI N. 14.711/2023: PREMISSAS PARA APLICAÇÃO DA NOVA DISCIPLINA NORMATIVA	313
Luiz Salomão Amaral Viana	
Ycaro Gonçalves de Souza Costa	
15	
DOIS ERROS NÃO DÃO UM ACERTO: A EXTINÇÃO DAS EXECU- ÇÕES FISCAIS DE BAIXO VALOR POR FALTA DE INTERESSE E A INDISPENSÁVEL GARANTIA CONSTITUCIONAL DO CONTRADI- TÓRIO	331
Márcio Carvalho Faria	
16	
O JULGAMENTO DO TEMA 1.190 PELA PRIMEIRA SEÇÃO DO SU- PERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	361
Marco Aurélio Ventura Peixoto	
Renata Cortez Vieira Peixoto	
17	
IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA: ENTRE A PROTEÇÃO PATRIMONIAL E DEMAIS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	381
Marcos Gabriel Barroso de Oliveira	
Mario Vitor Magalhães Aufiero	
18	
ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE: CONTRIBUIÇÃO À SISTE- MATIZAÇÃO DO SEU PROCEDIMENTO	401
Mateus Simioni de Bittencourt	
19	
NOTAS SOBRE O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DE GARANTIAS	419
Milena Donato Oliva	
Henrique de Moraes Fleury da Rocha	
20	
CASUÍSTICA DA EXECUÇÃO CIVIL NEGOCIADA	441
Pedro Henrique Nogueira	

21	
MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS: UMA BREVE RETROSPECTIVA DOS JULGADOS DO STJ E UMA APOSTA PARA O JULGAMENTO DO TEMA 1137	459
Priscila Leal Seifert Viana	
Viviane Ramone Tavares	
22	
EXECUÇÃO DE DECISÃO DE IMPROCEDÊNCIA: ANÁLISE DOS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS	479
Rinaldo Mouzalas	
23	
O TABELIÃO-ÁRBITRO: REFLEXÕES SOBRE AS NOVAS ATRIBUI- ÇÕES POSITIVADAS PELA LEI 14.711/2023	523
Rodrigo Fux	
24	
LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO COLETIVA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA A INDIVÍDUOS IDENTIFICADOS: O TEMA 1.270 DA REPERCUSSÃO GERAL	555
Sérgio Cruz Arenhart	
Hermes Zaneti Jr.	
Edilson Vitorelli	
25	
PEPEX COMO FERRAMENTA À DESJUDICIALIZAÇÃO: REFLEXÕES À LUZ DO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	583
Tonya Lucena de Oliveira e Lima	
26	
A FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL DO ART. 515, I, CPC, EM FAVOR DE TERCEIRO	603
Vitor Albuquerque	